

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

1 – PREÂMBULO:

O Município de Marmeiro, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 4.642 de 02/09/2014; com a devida autorização expedida pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, exarada em 28 de abril de 2015, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei Municipal nº 2.272 de 02 de abril de 2015, torna pública a realização de Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA**, objetivando a concessão de direito real de uso mediante pagamento de aluguel; de frações do imóvel denominado Lote Rural nº 119 da Gleba 01 da Fazenda Nova Perseverança, registrado no Cartório de Registro de Imóvel de Marmeiro sob nº 8.068 da Gleba n. 01, localizado próximo ao Bairro Três Pinheiros, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo **MAIOR OFERTA** em reais.

Os envelopes **A** contendo a documentação para habilitação e envelopes **B**, contendo a proposta de preços dos convidados e demais interessados deverá ser entregue à Av. Macali, 255, na sala da Divisão de Compras e Licitações até o dia **17 de julho de 2015, às 11:30 horas**, e abertura das propostas no dia **17 de julho de 2015, às 14:00 horas**, junto a sala de reuniões da Administração desta Prefeitura Municipal, na data e horário acima citado. Não serão consideradas as propostas em atraso.

2 – OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas, visando a concessão de direito real de uso mediante pagamento de aluguel de frações do lote 119 DA Gleba 01 do imóvel Nova Perseverança, com registro no Cartório de Imóveis de Marmeiro sob nº 8.068 para instalação de empresa no ramo industrial não poluente ou de baixa poluição, na forma a seguir:

- I – Lote da área Especial 01 – LAE 01 com área de 3.341,08m²;
- II – Lote da área Especial 02 – LAE 02 com área de 1.853,98m²;
- III – Lote da área Especial 03 – LAE 03 com área de 1.880,34m²;
- IV – Lote da área Especial 04 – LAE 04 com área de 1.864,26m²;
- V – Lote da área Especial 08 – LAE 08 com área de 1.200,82m²; e
- V – Lote da área Especial 09 – LAE 09 com área de 1.354,87m².

3 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar da presente licitação, Pessoas Jurídicas, e/ou pessoas físicas que preencherem os requisitos previstos neste Edital.

3.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.3. Não poderão participar desta licitação empresas em consórcio.

4 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES A e B, e DA CARTA DE CREDENCIAMENTO:

4.1. Os envelopes A e B, contendo respectivamente a documentação para habilitação e proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando na face os seguintes dizeres:

A) PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ENVELOPE A - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

PROPOSANTE: _____(NOME DA EMPRESA)

B) PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ENVELOPE B - PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSANTE: _____(NOME DA EMPRESA)

4.2. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme (**Anexo I**), a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações na data e horário de abertura dos envelopes A e B.

4.3. A não apresentação da Carta de Credenciamento, ou a incorreção deste, não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se ou responder por aquela.

5 – DOCUMENTOS REFERENTE A HABILITAÇÃO:

5.1. Os envelopes contendo a documentação para habilitação das pessoas jurídicas ou físicas interessadas, deverão conter os documentos abaixo relacionados, em uma única via, sem rasuras ou borrões.

5.1.1. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, junto ao órgão competente, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo consolidado ou Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto ou autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais);

- b) Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

5.1.3. REGULARIDADE ECONÔMICA:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes.

5.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

5.1.5. DECLARAÇÕES:

- a) Declaração assinada por representante legal do licitante de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Anexo IV);
- b) Declaração de que a empresa não foi declarada inidônea (Anexo II);
- c) Declaração de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (Anexo VII).

5.2. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO FÍSICA:

- a) Cédula de Identidade RG e CPF.

5.2.1. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL PESSOA FÍSICA:

- a) Comprovante de regularidade da Pessoa Física (CND) perante as esferas: Federal, Estadual e Municipal;

5.2.2. DECLARAÇÕES:

- a) Declaração do proponente de que não pesa sobre si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de governo, de acordo com o (Anexo II);
- b) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, conforme (Anexo VII);
- c) Declaração de que recebeu e/ou obteve acesso a todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, conforme (Anexo V).

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES AOS DOCUMENTOS:

- 5.3.1. Todos os documentos necessários à habilitação do proponente deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade e poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, desde que legíveis.

5.3.2. Será considerado prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de emissão para as certidões nas quais não constar a data de vencimento.

5.3.3. Caso a proponente apresente certidões emitidas via Internet a aceitação das mesmas ficará condicionada a consulta pelo mesmo sistema.

5.3.4. A falta de qualquer documento exigido no presente Edital, implicará na inabilitação do Licitante, não sendo concedido em nenhuma hipótese, prazo para apresentação de documento(s) faltante(s).

5.3.5. A apresentação de documentos em desacordo com o exigido no presente edital, implicara na inabilitação do licitante.

6 – PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. A proposta de preços - envelope B - devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e conter:

- a) Nome ou Razão Social do proponente;
- b) Número do CNPJ e endereço completo;
- c) Número do edital de licitação;
- d) Data de apresentação da proposta;
- e) Descrição do objeto da presente licitação;
- f) Valor da oferta, em moeda corrente brasileira, grafado em algarismo e por extenso, referente ao objeto da presente licitação;
- g) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento;
- h) Assinatura do responsável legal da proponente, nome legível, número de identidade.

7 – PROCEDIMENTOS:

7.1. Serão abertos os envelopes A, contendo a documentação relativa a habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

7.2. Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 (cinco) deste Edital.

7.3. Os envelopes B, contendo as propostas de preços, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.4. Serão abertos os envelopes B, contendo as propostas de preços dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.5. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 6 (seis) deste Edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes e incompatíveis.

7.6. Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 8 (oito) deste Edital.

8 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1. Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o maior valor, respeitando-se o critério de aceitabilidade dos preços fixado no item 9 (nove) deste Edital.

8.2. Verificando o empate entre 02 (duas) ou mais licitantes que apresentarem o mesmo valor da oferta, a Comissão de Licitação adotará o seguinte critério de desempate para cada grupo de licitantes com o mesmo preço:

8.2.1. A Comissão de Licitação efetuará sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme preceitua o Art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.3. Será desclassificada a proposta de preços que:

8.3.1 – Apresentarem valor inferior ao mínimo fixado no item 9 (nove) deste Edital;

8.3.2 – Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.3.3 – Não atenderem às especificações e às exigências contidas neste edital;

8.3.4 – Contiverem ofertas de vantagens não previstas neste edital.

8.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, a seu juízo, fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, na forma do § 3º, do artigo 48, da Lei nº 8.666/93.

8.5. Uma mesma proponente poderá apresentar proposta no máximo em 02 (dois) lotes.

9 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

9.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor de pagamento de aluguel inferior a:

LOTE 001 - Área Especial 01 – LAE 01 com área de 3.341,08m²; R\$ 300,00 (trezentos reais);

LOTE 002 - Área Especial 02 – LAE 02 com área de 1.853,98m²; R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LOTE 003 - Área Especial 03 – LAE 03 com área de 1.880,34m²; R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LOTE 004 - Área Especial 04 – LAE 04 com área de 1.864,26m²; R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LOTE 005 - Área Especial 08 – LAE 08 com área de 1.200,82m²; R\$ 200,00 (duzentos reais);

LOTE 006 - Área Especial 09 – LAE 09 com área de 1.354,87m²; R\$ 200,00 (duzentos reais).

10 – PRAZOS E CONDIÇÕES DO OBJETO:

10.1. O período de concessão será de 05 (cinco) anos, contados da data de assinatura do Contrato, prorrogável por igual período, havendo interesse público devidamente justificado o qual deverá ser assinado no prazo de até 90 dias da data da homologação do processo licitatório.

10.2. A empresa poderá explorar o imóvel objeto do presente Edital da seguinte forma:

- a) Implantação de indústria não poluente;
- b) O vencedor da presente licitação não poderá sublocar parte ou todo o imóvel a terceiros;
- c) O vencedor da licitação não poderá alterar a destinação do imóvel (instalação de indústria não poluente ou de baixa poluição), sem autorização do licitador.

10.3. O vencedor deverá manter empregadas, no mínimo, 05 (cinco) pessoas já residentes no Município de Marmeiro, já no prazo para início das atividades, sob pena de revogação da concessão.

10.4. Será de responsabilidade da concessionária manter o imóvel, objeto da presente licitação em condições de higiene e limpeza, correndo por sua conta todas as despesas com contratação dos serviços e materiais.

10.5. Se a empresa que vencer o certame for empresa de outro município, essa terá o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da homologação do processo licitatório para legalizar a empresa no município junto com a Junta Comercial do Estado do Paraná e outras que se fizerem necessárias.

10.6. A proponente licitante poderá apresentar documentos e proposta de um único Lote.

10.7. Qualquer obra, mudança e/ou adaptação no local da concessão, somente poderá ser realizada pela licitante vencedora após o prévio consentimento do Licitador, por escrito, sob pena de revogação da concessão.

10.8. Ao final do prazo de concessão, as benfeitorias realizadas pela licitante vencedora automaticamente incorporam-se ao patrimônio do Licitador, sem que a licitante vencedora tenha direito a qualquer indenização e/ou compensação financeira.

10.9. As despesas com água e energia elétrica, serão de responsabilidade da licitante.

10.10. A licitante se obriga a apresentar quando solicitado pelo licitador, prova de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista, em especial as certidões expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal, correspondentes aos recolhimentos de contribuições

previdenciárias, depósitos do FGTS e demais contribuições sociais, bem como documentos que comprovem a quitação de eventuais dívidas com o licitador.

10.11. As demais obrigações e deveres estão previstas na Minuta de Contrato (Anexo VI), que fazem parte do presente Edital, independente de transcrição.

10.12. Sendo vencedora do certame Pessoa Física, está terá prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data da homologação do processo licitatório, para legalizar a documentação em nome de Pessoa jurídica, sendo que um dos sócios deverá ser a Pessoa Física vencedora do certame.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

11.1. Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte da concessionária.

12 – DO CONTRATO:

12.1. Adjudicado o objeto da presente licitação o Município de Marmeiro convocará o proponente vencedor para assinar o termo de contrato em até trinta dias, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

12.2. O Município de Marmeiro poderá, quando o convocado não assinar no prazo e condições estabelecidos neste Edital; convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, atualizado de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

12.3. A licitante se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.4. A concessionária deverá manter as dependências do estabelecimento sempre limpas e observar rigorosamente as determinações da Vigilância Sanitária.

13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

À Concessionária serão aplicadas as seguintes penalidades:

13.1. Pela inexecução parcial ou total do contrato, o Município de Marmeiro poderá, solicitar garantida a prévia defesa, aplicar a concessionária as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de penalidade moratória esta corresponderá a 20% sobre o valor total do mesmo.

13.2. Quando da aplicação de multas o Município notificará a CONCESSIONÁRIA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à tesouraria da Prefeitura a importância correspondente.

13.3. Da aplicação de multa caberá recurso a CONCESSIONÁRIA no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada justificativa exposta; o MUNICÍPIO julgará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, procedente ou improcedente a penalidade a ser imposta, devendo fundamentá-la e, se improcedente, a importância recolhida pela CONCESSIONÁRIA será devolvida pelo MUNICÍPIO, no prazo de 03 (três) dias, contados da data do julgamento.

14 – RESCISÃO:

14.1. Caso a empresa deixe de efetuar o pagamento de até 03 (três) meses consecutivos de aluguel, o Município poderá rescindir o contrato, unilateralmente.

14.2. Perderá o direito à Concessão de Uso a CONCESSIONÁRIA que sofrer decretação de falência ou concordata.

14.3. No caso de transferência, cessão ou empréstimo parcial do imóvel, resultará na rescisão imediata do contrato.

14.4. Declarada a rescisão, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para retirar-se do local.

14.5. Demais hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira da minuta do contrato de concessão de direito real de uso.

15 – FISCALIZAÇÃO:

15.1. O Município através de seus técnicos ou prepostos, é assegurado o direito de inspecionar, a qualquer tempo, a cessão de uso, sendo-lhes garantido o livre acesso aos mesmos, devendo a concessionária prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pela fiscalização.

15.2. A ação fiscalizadora do Município será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir fielmente os prazos, condições e qualificações previstas neste Edital.

16 – CRITÉRIO DE REAJUSTE:

16.1. O Valor do aluguel será reajustado anualmente pelo índice do IGPM (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO) acumulado no período ou outro índice que o venha substituir.

17 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao do vencimento do aluguel, junto ao Departamento de Finanças (tesouraria) da Prefeitura Municipal de Marmeiro.

18 – RECURSOS:

18.1. Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do artigo 109 da lei 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

19 – DEMAIS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO:

19.1. Previstas na minuta do contrato de concessão de uso, integrando o presente edital independentemente de transcrição, para todos os efeitos.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. É facultado à Prefeitura Municipal de MARMELEIRO, Estado do Paraná, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.

20.2. Reserva-se o município de Marmeiro, revogar ou anular esta licitação nos termos do Art. 49 da lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

20.3. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, seus modelos e anexos poderão ser solicitados por escrito, à Comissão Permanente de Licitações, na Av. Macali, 255, fone/fax - (046) 3525-8107 ou 8100, CEP 85.615-000 – e-mail: licitacao@marmeiro.pr.gov.br e compras@marmeiro.pr.gov.br.

20.4. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

21 – ANEXOS DO EDITAL:

21.1. Fazem parte integrante do presente Edital, os anexos abaixo relacionados, independentemente de transcrição:

ANEXO I – CARTA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE;

ANEXO III – TERMO DE RENÚNCIA;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MENOR;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL;

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO VIII – CROQUI DE LOCALIZAÇÃO.

Marmeiro, 15 de junho de 2015

Eduardo Apel

Presidente da Comissão

Permanente de Licitação

Portaria 4.642 de 02/09/2015

Luis Fernando Bandeira

Prefeito do Município de Marmeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N° 003/2015

ANEXO I

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeiro:

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da cédula de identidade sob o nº _____, e CPF nº _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência nº xxx/2015, instaurado pôr esta Prefeitura.

Na qualidade de representante legal da empresa _____ outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

_____, em ____ de _____ 2015

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente)

Nome da empresa proponente

Número do CNPJ//MF

Endereço completo

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ANEXO II

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a Modalidade Concorrência nº 003/2015, instaurada por esta Prefeitura Municipal, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Pôr ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ em _____ de _____ 2015

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente)

Nome da empresa proponente

Número do CNPJ//MF

Endereço completo

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ANEXO III

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeiro

TERMO DE RENÚNCIA

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Concorrência nº 003/2015, pôr seu representante credenciado, declara na forma e sob as penas impostas na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso de procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas de preços dos proponentes habilitados.

_____, em _____ de _____ 2015

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente)

Nome da empresa proponente

Número do CNPJ//MF

Endereço completo

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ANEXO IV

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeiro

DECLARAÇÃO DE MENOR

A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, com sede _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, declara expressamente, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Pôr ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ em _____ de _____ 2015

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente)

Nome da empresa proponente

Número do CNPJ//MF

Endereço completo

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ANEXO V

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeiro

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência, tipo melhor lance, que tomamos conhecimento de todas as informações e condições estabelecidas no Edital nº 003/2015, caso declararmos adjudicatários do objeto licitado.

Pôr ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ em _____ de _____ 2015

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente)

Nome da empresa proponente

Número do CNPJ//MF

Endereço completo

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO Nº _____ (CONCORRÊNCIA Nº 003/2015)

Que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. LUIZ FERNANDO BANDEIRA, Cédula de Identidade RG nº/PR e inscrito no CPF/MF sob nº, Prefeito, de ora em diante denominado simplesmente de **CONCEDENTE** e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na Rua....., Cidade de, Estado do, neste ato representada por, Cédula de Identidade RG nº/PR e inscrito no CPF/MF sob nº, aqui denominada simplesmente de **CONCESSIONÁRIA**, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subsequentes alterações, e à Lei Municipal nº 2.272 de 02 de abril de 2015 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a concessão de uso de direito real do imóvel denominado....., com registro no Cartório de Imóveis de Marmeiro sob nº 567; para instalação de empresa no ramo, observados os termos e condições constantes no Edital e anexos da Concorrência nº 003/2015 que fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

A CONCESSIONÁRIA pagará à CONCEDENTE, a título de aluguel, a importância de, reajustada anualmente pelo Índice IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) acumulado ou outro índice que o venha substituir.

Parágrafo Primeiro. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao do vencimento do aluguel, junto ao Departamento de Finanças (Tesouraria) da Prefeitura de Marmeiro, em moeda corrente nacional.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impontualidade na satisfação de qualquer obrigação de pagamento, a quantia a ser paga será acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE CONCESSÃO E DO CONTRATO

O período de concessão será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado se for conveniente à Administração e atenda ao interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo Único. Havendo o interesse em prorrogar o prazo da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá manifestá-lo por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da concessão.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXPLORAÇÃO DO OBJETO PELA CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA poderá explorar o imóvel objeto do presente contrato da seguinte forma:
Implantação de indústria no ramo de metalurgia.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA se obriga a:

5.1 Iniciar as atividades no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do respectivo contrato administrativo. Este prazo poderá ser prorrogado caso haja motivo justificado, após aprovação da CONCEDENTE;

5.2 Manter empregadas, no mínimo, 05 (cinco) pessoas já residentes no Município de Marmeiro na assinatura do contrato, sob pena de revogação da concessão;

5.3 Estimular o acesso do trabalhador adolescente à escola, obedecendo a legislação quanto às vedações ao exercício de determinados trabalhos;

5.4 Efetuar o pagamento da remuneração e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes da contratação com os empregados, em nenhuma hipótese admitida a responsabilidade do CONCEDENTE, ainda que de forma subsidiária;

5.5 Submeter à aprovação do CONCEDENTE qualquer obra, mudança e/ou adaptação no local da concessão, sendo que, ao final do contrato, as benfeitorias realizadas pela CONCESSIONÁRIA automaticamente incorporam-se ao patrimônio do CONCEDENTE, sem que a empresa tenha direito a qualquer indenização e/ou compensação financeira, e deverá preservar as características originais do imóvel, sob pena de revogação da concessão;

5.6 Arcar com todas as despesas decorrentes da reforma ou construção, de acordo com o projeto arquitetônico elaborado e/ou aprovado pelo CONCEDENTE;

5.7 Recolher todos os tributos incidentes sobre a atividade explorada, bem como arcar com todas as despesas decorrentes da concessão e instalação da indústria;

5.8 Apresentar, quando solicitada, prova de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista, em especial as certidões expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal, correspondentes aos recolhimentos de contribuições previdenciárias, depósitos do FGTS e demais contribuições sociais, bem como documentos que comprovem a quitação de eventuais dívidas com o CONCEDENTE;

5.9 Não sublocar parte ou todo o imóvel objeto a terceiros;

5.10 Não alienar, oferecer em garantia de financiamentos ou comerciais e, ainda permutar ou sublocar a área objeto da concessão, independentemente de edificações que venha executar sobre o imóvel, que passarão integrar o patrimônio público para todos os fins;

5.11 Não alterar a destinação do imóvel (instalação de indústria metalúrgica) sem autorização do CONCEDENTE;

5.12 Sob nenhum pretexto ceder, vender ou transferir os direitos inerentes ao Contrato a terceiros, sem a prévia aprovação do CONCEDENTE;

5.13 Manter as dependências do estabelecimento sempre limpas e observar rigorosamente as determinações da Vigilância Sanitária;

5.14 Regularizar as licenças sanitárias e ambientais nas esferas Municipal, Estadual e Federal;

5.15 Efetuar o pagamento das despesas com água, energia elétrica, telefone, manutenção e limpeza da área física da área concedida, alvarás de localização e saúde, além de outras taxas que porventura possam incidir sobre o mesmo;

5.16 Pagar pontualmente o aluguel contratado para concessão de direito real de uso;

5.17 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização quanto à regular utilização e à vinculação da finalidade do objeto da concessão;

5.18 Corrigir todas as imperfeições verificadas pela fiscalização, no prazo por esta determinado.

Parágrafo Primeiro. Qualquer alteração ou condições previstas neste Termo Contratual deverá ser comunicado imediatamente aos setores competentes na Prefeitura, para as providências legais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Compete ao CONCEDENTE:

6.1 Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte da CONCESSIONÁRIA;

6.2 Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, o cumprimento das disposições contratuais pela CONCESSIONÁRIA;

6.3 Disponibilizar o imóvel à CONCESSIONÁRIA, devidamente livre e desimpedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, e ainda a:

7.1 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes a seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

7.2 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONCEDENTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, bem como pelos provenientes da manutenção de redes de serviços públicos e pelo custo de remanejamento, quando for o caso;

7.3 Responsabiliza-se, ainda, inteira e completamente, pela atividade realizada em decorrência deste contrato, inclusive quanto à sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

Parágrafo Primeiro. O CONCEDENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes da presente concessão de direito real de uso do imóvel objeto deste Termo. Da mesma forma não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos da CONCESSIONÁRIA, de seus dependentes, empregados, subordinados ou prepostos.

Parágrafo Segundo. A CONCESSIONÁRIA não terá direito a qualquer indenização por parte da CONCEDENTE, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

Ao CONCEDENTE, por seus técnicos ou prepostos, é assegurado o direito de inspecionar, a qualquer tempo, a concessão, sendo garantido o livre acesso aos mesmos, devendo a CONCESSIONÁRIA prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pela fiscalização.

Parágrafo Primeiro. A ação fiscalizadora do Município será exercida de modo sistemático e permanente, em toda a plenitude de que trata a Lei Federal nº 8.666/93, a fim de fazer cumprir fielmente os prazos, condições e qualificações previstas no Edital de Concorrência nº 003/2015.

Parágrafo Segundo. A fiscalização de que tratam os itens anteriores não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por quaisquer irregularidades e, na ocorrência destas, não implica em co-responsabilidade do CONCEDENTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO

O valor do aluguel será reajustado anualmente pelo índice do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado ou outro índice que o venha substituir, conforme disposto na cláusula segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA – RETENÇÕES E MULTAS

À CONCESSIONÁRIA serão aplicadas as seguintes penalidades:

10.1 Pela inexecução parcial ou total do contrato o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de penalidade moratória esta corresponderá a 20% sobre o valor total do mesmo.

10.2 Será aplicada multa de 12 (doze) mensalidades no caso do não cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Iniciar as atividades no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do respectivo contrato administrativo, salvo quando haja motivo justificado e por escrito, aprovado pelo CONCEDENTE;
- b) Deixar de Recolher todos os tributos incidentes sobre a atividade explorada, bem como arcar com todas as despesas decorrentes da concessão, tais como: água, energia elétrica, telefone, limpeza, conservação e outros;
- c) Submeter a qualquer obra, mudança e/ou adaptação no local da concessão, sem o prévio consentimento do concessionário, por escrito, ou não preservar as características originais do prédio;
- d) Sublocar parte ou todo o imóvel objeto a terceiros;
- e) Não fazer a manutenção e conservação necessárias ao imóvel;
- f) Resolver, sem amparo legal ou contratual, rescindir o presente contrato, antes do término estabelecido na Cláusula Terceira.

10.3 Quando da aplicação de multas a CONCESSIONÁRIA será notificada para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher à Tesouraria a importância correspondente.

10.4 Da aplicação de multa caberá recurso ao CONCEDENTE, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada justificativa exposta; o MUNICÍPIO julgará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, procedente ou improcedente a penalidade a ser imposta, devendo fundamentá-la e, se improcedente, a importância recolhida pela CONCESSIONÁRIA será devolvida pelo MUNICÍPIO, no prazo de 03 (três) dias, contados da data do julgamento.

10.5 As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, unilateralmente pelo CONCEDENTE e independente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Caso a CONCESSIONÁRIA deixe de efetuar o pagamento de até 03 (três) meses consecutivos de aluguel;

- b) Caso a CONCESSIONÁRIA sofrer decretação de falência ou concordata, pois conforme previsão editalícia perderá o direito à concessão;
- c) No caso de transferência, cessão ou empréstimo parcial do imóvel, sem prévio consentimento por escrito do CONCEDENTE;
- d) Interrupção da atividade sem justificativa e prévia comunicação;
- e) Modificação na estrutura e finalidade da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- f) Cumprimento irregular das cláusulas pactuadas neste instrumento, com as consequências contratuais previstas em Lei de acordo com os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- g) Não manter o número mínimo de empregados, residentes neste Município, conforme disposições do item 5.2 da Cláusula Quinta;
- h) Demais hipóteses do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. O contrato ainda poderá ser rescindido por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONCEDENTE e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o Contrato, e pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo Segundo. No caso de rescisão por parte da CONCESSIONÁRIA deverá esta notificar ao Município, por escrito, num prazo não inferior a 30 (trinta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado.

Parágrafo Terceiro. A Concessão também poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto. Cessando as condições inicialmente pactuadas, o imóvel, objeto deste contrato, retornará ao Município, incorporadas as alterações e benfeitorias realizadas, salvo as passíveis de remoção.

Parágrafo Quinto. Declarada a rescisão, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para retirar-se do local, devolvendo o imóvel em perfeitas condições de uso e conservação.

Parágrafo Sexto. A CONCESSIONÁRIA reconhece todos os direitos do CONCEDENTE, em caso de rescisão administrativa nos demais casos previstos no art. 77 da Lei nº 8.666/93, sendo que fica o CONCEDENTE desobrigado desde já, com plena concordância da CONCESSIONARIA, do ônus decorrente da rescisão.

Parágrafo Sétimo. A CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à multa diária no valor equivalente a 20% do aluguel vigente, se findada por qualquer das formas aqui previstas a concessão de uso e não restituir o imóvel no prazo estabelecido no §5º desta Cláusula, ou se o fizer sem a observância das condições que o recebeu.

Parágrafo Oitavo. Incidirá ainda a multa do parágrafo sétimo se, na devolução do bem, não estiver o imóvel com as benfeitorias realizadas em perfeitas condições, após vistoria realizada pelos responsáveis pela Fiscalização.

Parágrafo Oitavo. A multa prevista no parágrafo anterior incidirá até o dia em que o imóvel for efetivamente restituído ou retorno àquelas condições originais, seja por providências da CONCESSIONÁRIA, seja pela adoção de medidas por parte do CONCEDENTE. Nesta última hipótese, ficará a CONCESSIONÁRIA também responsável pelo pagamento e todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a modificação do objeto da Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e correspondências entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA será feita através de protocolo ou outro meio de comunicação onde possa ser atestado o recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e na presença de 02 (duas) testemunhas, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, eleito o Foro da Comarca de Marmeiro, Estado do Paraná, para dirimir toda e qualquer dúvida que possa surgir a respeito do presente contrato, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONCESSIONÁRIA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Marmeiro, de 2015.

MUNICÍPIO DE MARMEIRO
Concedente

Concessionária

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ANEXO VII

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A proponente, para fins de participação na licitação modalidade Concorrência nº 003/2015, DECLARA sob as penas da Lei, que não existem fatos impeditivos de sua participação na presente licitação e se compromete a comunicar ao município de Marmeleiro – PR, qualquer fato que venha a comprometer sua habilitação, inclusive durante a execução do contrato.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ 2015

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente)

Nome da empresa proponente

Número do CNPJ//MF

Endereço completo

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N° 003/2015

ANEXO VIII

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeiro:

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

MEMORIAL DESCRIPTIVO

LOTE ÁREA ESPECIAL 01 – LAE 01

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Área: 3.341,08m²

NORDESTE: Por linha seca e reta, medindo 56,27 metros, confronta com o Lote Rural nº 112.

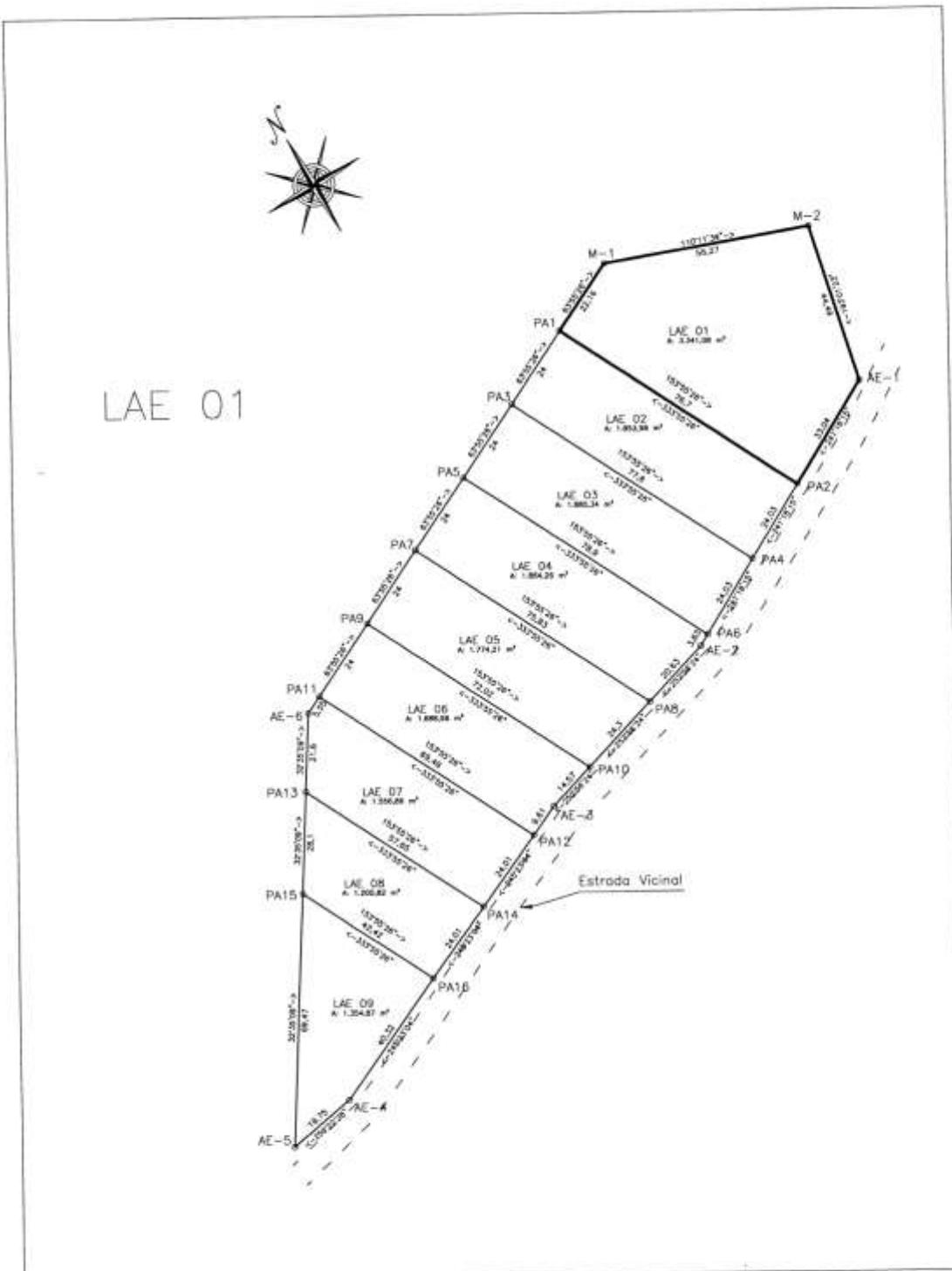
SUDESTE: Por linha seca e reta em dois trechos contínuos, medindo 44,49 metros, confronta com o Lote Rural nº 112 e medindo 33,04 metros, confronta com estrada vicinal pertencente ao lote nº 119.

SUDOESTE: Por linha seca e reta, medindo 76,70 metros, confronta com o lote nº LAE 02 da mesma área especial.

NOROESTE: Por linha seca e reta, medindo 22,16 metros, confronta com parte do lote nº 119.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO – LOTE ÁREA ESPECIAL 01 – LAE 01

A Poligonal inicia-se no marco denominado marco M-1, deste, segue com o azimute de 110º11'39" e a distância de 56,27 m até o marco M-2, deste, segue com o azimute de 193º01'23" e a distância de 44,49 m até o ponto AE-1, deste, segue com o azimute de 241º18'15" e a distância de 33,04 m até o ponto PA2, deste, segue com o azimute de 333º55'26" e a distância de 76,70 m até o ponto PA1, deste, segue com o azimute de 63º55'26" e a distância de 22,16 m até o marco M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.



Legenda		Levantamento Topográfico de Área Rural			
Lote 1116 de Gleba 01	Sangue Seco Ribeirão	Lote Área Especial - pertencente Lote N° 116	LOTE AREA ESPECIAL	LAE 01	11.250
Demais Lotes Confinantes	Entorno Rural	Ponto-Antigo Área Especial - AE	DATA		04/03/2013
Maria da Conceição	Marcelo da Silva		LEIA	16.515,38 m ²	Marmeleiro - PR

MEMORIAL DESCRIPTIVO

LOTE ÁREA ESPECIAL 02 – LAE 02

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Área: 1.853,98m²

NORDESTE: Por linha seca e reta, medindo 76,70 metros, confronta com o lote nº LAE 01, da mesma área especial.

SUDESTE: Por linha seca e reta, medindo 24,03 metros, confronta com a estrada vicinal pertencente ao lote nº 119.

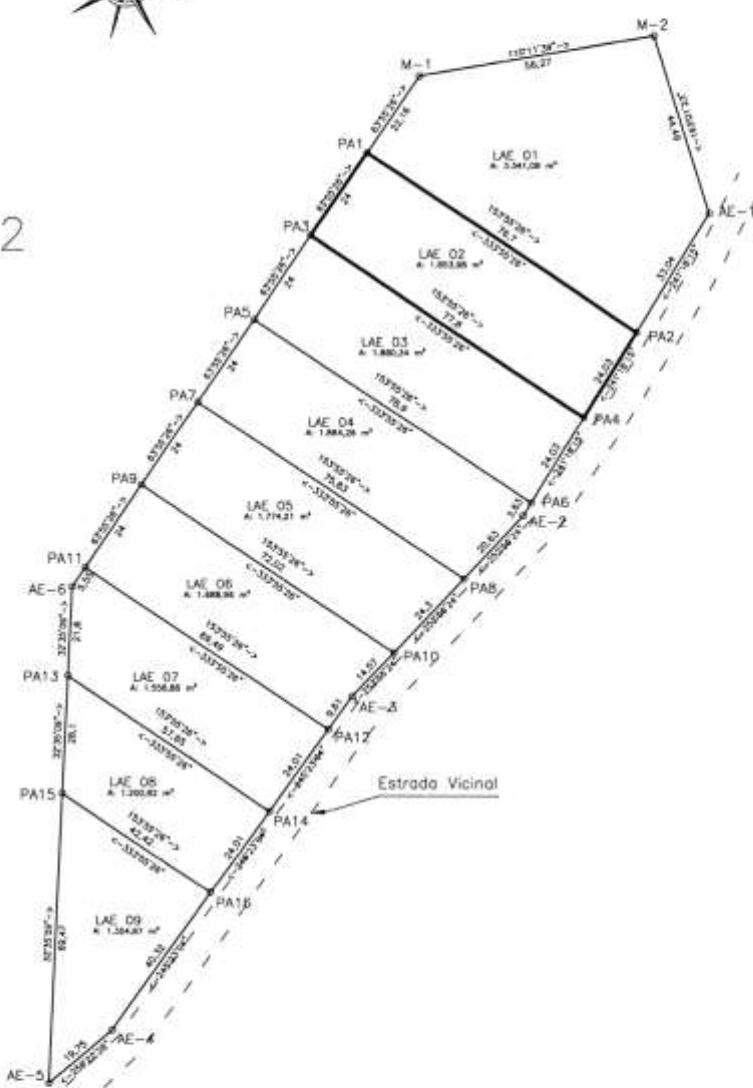
SUDOESTE: Por linha seca e reta, medindo 77,80 metros, confronta com o lote nº LAE 03 da mesma área especial.

NOROESTE: Por linha seca e reta, medindo 24,00 metros, confronta com parte do lote nº 119.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO – LOTE ÁREA ESPECIAL 02 – LAE 02

A Poligonal inicia-se no ponto denominado PA1, deste, segue com o azimute de 153°55'26" e a distância de 76,70 m até o ponto PA2, deste, segue com o azimute de 241°18'15" e a distância de 24,03 m até o ponto PA4, deste, segue com o azimute de 333°55'26" e a distância de 77,80 m até o ponto PA3, deste, segue com o azimute de 63°55'26" e a distância de 24,00 m até o ponto PA1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

LAE 02



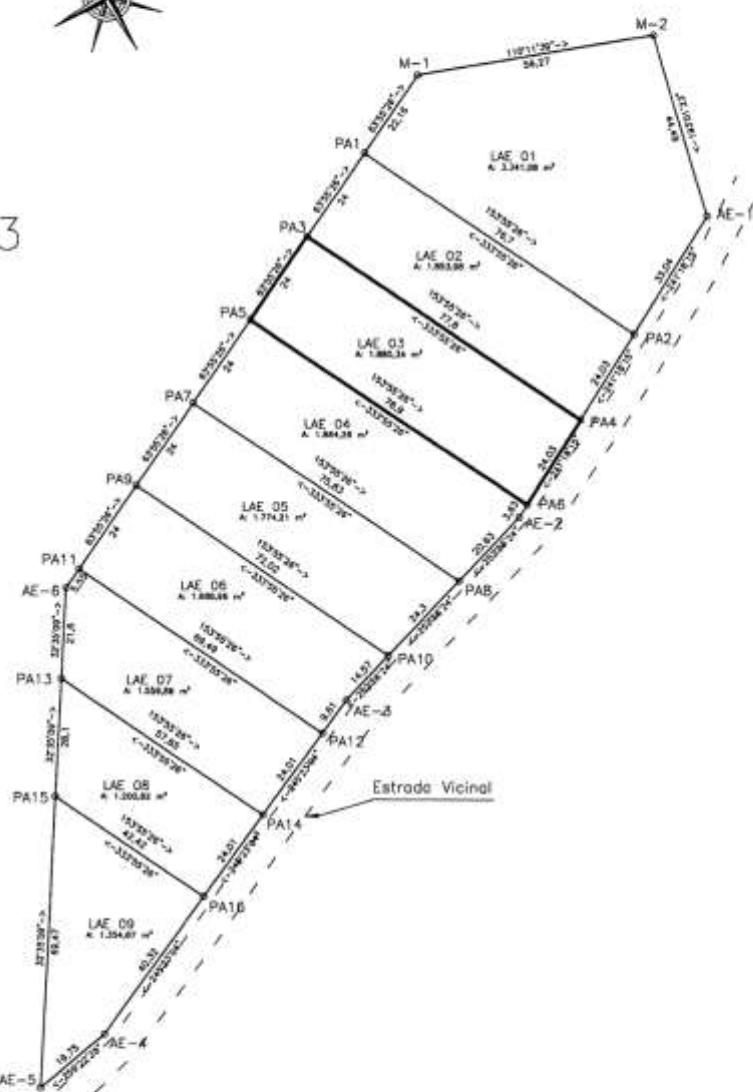
MEMORIAL DESCRIPTIVO
LOTE ÁREA ESPECIAL 03 – LAE 03
LIMITES E CONFRONTAÇÕES
Área: 1.880,34m²

- NORDESTE:** Por linha seca e reta, medindo 77,80 metros, confronta com o lote nº LAE 02, da mesma área especial.
- SUDESTE:** Por linha seca e reta, medindo 24,03 metros, confronta com a estrada vicinal pertencente ao lote nº 119.
- SUDOESTE:** Por linha seca e reta, medindo 78,90 metros, confronta com o lote nº LAE 04 da mesma área especial.
- NOROESTE:** Por linha seca e reta, medindo 24,00 metros, confronta com parte do lote nº 119.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO – LOTE ÁREA ESPECIAL 03 – LAE 03

A Poligonal inicia-se no ponto denominado PA3, deste, segue com o azimute de 153°55'26" e a distância de 77,80 m até o ponto PA4, deste, segue com o azimute de 241°18'15" e a distância de 24,03 m até o ponto PA4, deste, segue com o azimute de 333°55'26" e a distância de 78,90 m até o ponto PA5, deste, segue com o azimute de 63°55'26" e a distância de 24,00 m até o ponto PA3, ponto inicial da descrição deste perimetro.

LAE 03



Legenda			Levantamento Topográfico de Área Rural		
<input type="checkbox"/> Lote nº 13 da Chácara 21	<input checked="" type="checkbox"/> Sítio São Pedro	<input type="checkbox"/> Lote Área Exposta - pertencente à lote nº 119			
<input type="checkbox"/> Demais Lotes Conferentes	<input type="checkbox"/> Estrada vicinal	<input type="checkbox"/> Ponto Auxiliar Área Exposta - AD			
<input type="checkbox"/> Mapa de Coordenadas	<input type="checkbox"/> Marco de Cháca				

LOGO ÁREA ESPECIAL - LAE 01 1:1.250 04/03/2015
16.515,38 m² Morretes - PR Pequ. Meia

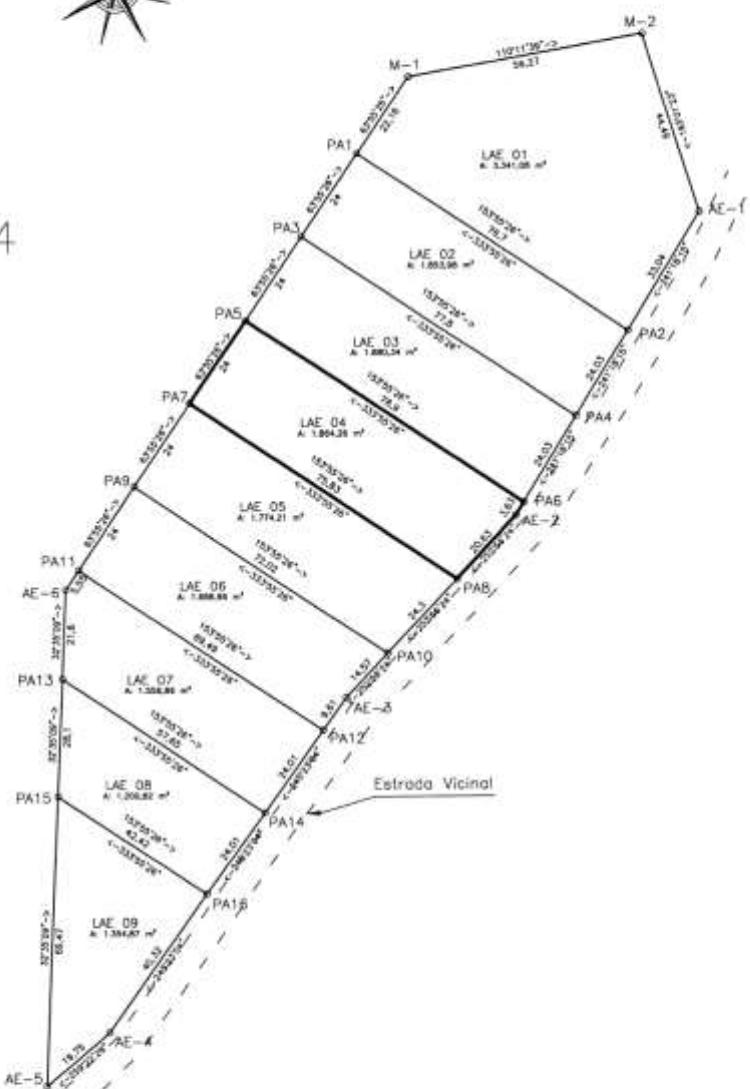
MEMORIAL DESCRIPTIVO
LOTE ÁREA ESPECIAL 04 – LAE 04
LIMITES E CONFRONTAÇÕES
Área: 1.864,26m²

- NORDESTE: Por linha seca e reta, medindo 78,90 metros, confronta com o lote nº LAE 03, da mesma área especial.
- SUDESTE: Por linha seca e reta, em dois trechos, medindo 3,63 metros e 20,63 metros, confronta com a estrada vicinal pertencente ao lote nº 119.
- SUDOESTE: Por linha seca e reta, medindo 75,83 metros, confronta com o lote nº LAE 05 da mesma área especial.
- NOROESTE: Por linha seca e reta, medindo 24,00 metros, confronta com parte do lote nº 119.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO – LOTE ÁREA ESPECIAL 04 – LAE 04

A Poligonal inicia-se no ponto denominado PA5, deste, segue com o azimute de 153°55'26" e a distância de 78,90 m até o ponto PA6, deste, segue com o azimute de 241°18'15" e a distância de 3,63 m até o ponto AE-2, deste, segue com o azimute de 252°56'24" e a distância de 20,63 m até o ponto PA8, deste, segue com o azimute de 333°55'26" e a distância de 75,83 m até o ponto PA7, deste, segue com o azimute de 63°55'26" e a distância de 24,00 m até o ponto PA5, ponto inicial da descrição deste perímetro.

LAE 04



Levantamento Topográfico de Área Rural

Lote IP110 da Série 01	Serge Santa Rita	Lote Área Especial - pertencente Lote IP110
Demarca Lotes Confidenciais	Entrega Virtual	Lote Área Especial - AE
Multa de Coordenadas	Nome do Cliente	04/03/2015

LOTE ÁREA ESPECIAL - LAE 01 11.250
16.515,18 m² Morretes - PR Patrick Weirich

MEMORIAL DESCRIPTIVO
LOTE ÁREA ESPECIAL 08 – LAE 08
LIMITES E CONFRONTAÇÕES

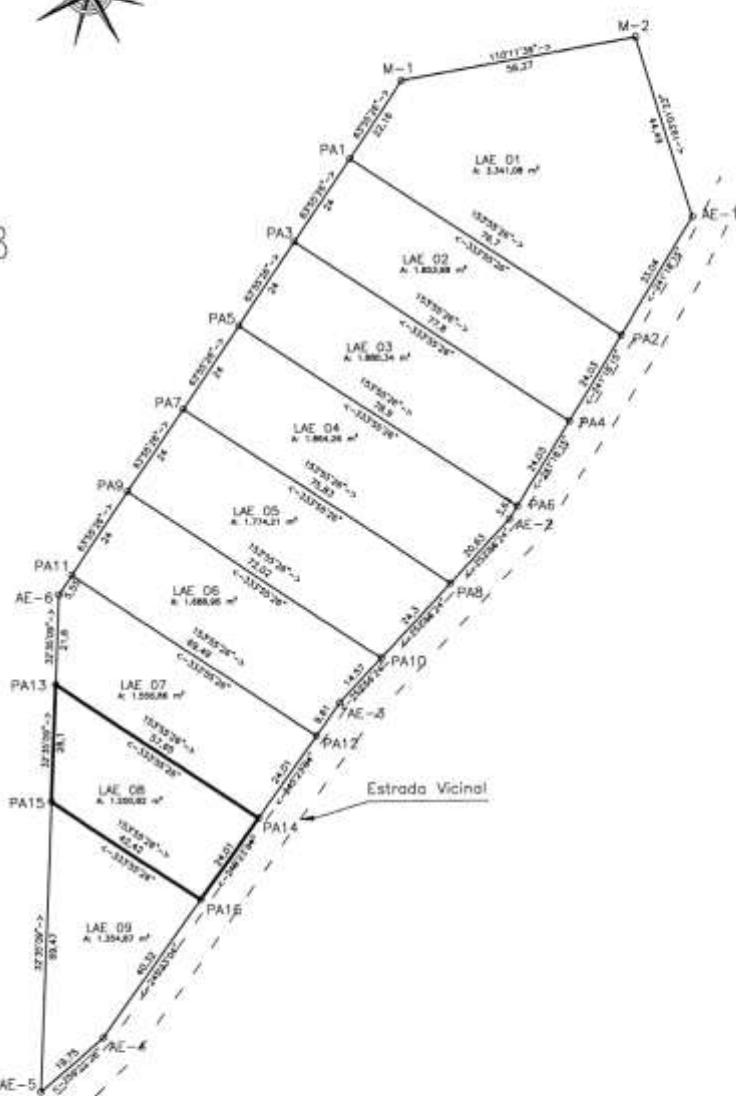
Área: 1.200,86m²

- NORDESTE:** Por linha seca e reta, medindo 57,65 metros, confronta com o lote nº LAE 07, da mesma área especial.
- SUDESTE:** Por linha seca e reta, medindo 24,01 metros, confronta com a estrada vicinal pertencente ao lote nº 119.
- SUDOESTE:** Por linha seca e reta, medindo 42,42 metros, confronta com o lote nº LAE 09 da mesma área especial.
- NOROESTE:** Por linha seca e reta, medindo 28,10 metros, confronta com parte do lote nº 119.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO – LOTE ÁREA ESPECIAL 08 – LAE 08

A Poligonal inicia-se no ponto denominado PA13, deste, segue com o azimute de 153°55'26" e a distância de 57,65 m até o ponto PA14, deste, segue com o azimute de 245°23'04" e a distância de 24,01 m até o ponto PA16, deste, segue com o azimute de 333°55'26" e a distância de 42,42 m até o ponto PA15, deste, segue com o azimute de 32°35'09" e a distância de 28,10 m até o ponto PA13, ponto inicial da descrição deste perimetro.

LAE 08



Levantamento Topográfico de Área Rural					
Lote N°119 da Delta 01	Versão Série Fita	Lote Área Especial, pertencente Lote N°119	LOT. AREA ESPECIAL - LAE 01	11.250	04/03/2018
Demarca Linhas Confinantes	Carreia Virtual	Foto Auditor Áreas Externas - RE	16.515,38 m ²	Mormelândia - PR	Fernando Wierick
Matriz de Coordenadas	Nomes de Dados				

MEMORIAL DESCRIPTIVO
LOTE ÁREA ESPECIAL 09 – LAE 09
LIMITES E CONFRONTAÇÕES

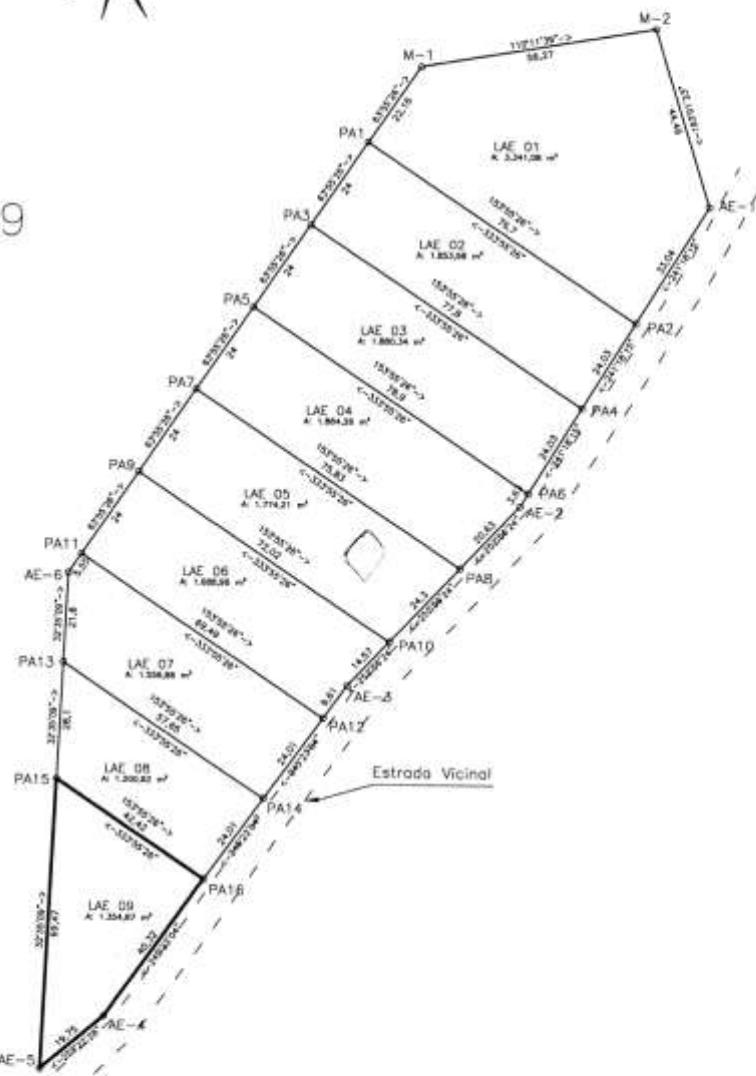
Área: 1.354,87m²

- NORDESTE: Por linha seca e reta, medindo 42,42 metros, confronta com o lote nº LAE 08, da mesma área especial.
- SUDESTE: Por linha seca e reta, em dois trechos, medindo 40,32 metros e 19,75 metros, confronta com a estrada vicinal pertencente ao lote nº 119.
- NOROESTE: Por linha seca e reta, medindo 69,47 metros, confronta com parte do lote nº 119.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO – LOTE ÁREA ESPECIAL 09 – LAE 09

A Poligonal inicia-se no ponto denominado PA15, deste, segue com o azimute de 153°55'26" e a distância de 42,42 m até o ponto PA16, deste, segue com o azimute de 245°23'04" e a distância de 40,32 m até o ponto AE-4, deste, segue com o azimute de 259°22'28" e a distância de 19,75 m até o ponto AE-5, deste, segue com o azimute de 32°35'09" e a distância de 69,47 m até o ponto PA15, ponto inicial da descrição deste perímetro.

LAE 09



Lote

Lote N°10 da Gleba 01
Década Lotes Convenções
Metrô de Curitiba

Marge Santa Rita
Lote Gleba 01
Metrô de Curitiba

Lote Área Especial - pertencente Lote AP 100
Ponto Auxiliar Área Especial - AD

Levantamento Topográfico de Área Rural

LOTE ÁREA ESPECIAL - LAE 01 1:1.250 04/03/2016

16.515,38 m² Maringá - PR Patrick Weirich